

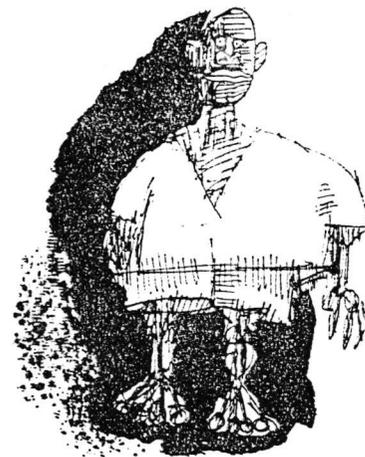
*Nos pontos do
Preconceito.*

A MENINA negra parou com a senhora diante da porta entreaberta de um apartamento da Avenida Atlântica. De dentro vinham a voz de Bob Darin e as risadas das crianças que dançavam.

A dona da casa acudiu à chamada da campainha e a senhora explicou: "uma amiguinha da minha filha que está aí dançando foi procurá-la lá em casa. Será que ela pode participar também da festinha?"

— Claro que sim — respondeu a dona da casa e abriu a porta e viu a menina negra. Fêz "ah!" e, finalmente, convidou a menina para entrar. Chegaram à entrada da sala onde a turminha dançava. Tôdas as crianças pararam de

De que côr é o Racismo no Brasil?



O que é bom para os EUA é quase
tão bom para o Brasil

Reportagem de Nice Rissone

Érico

mexer os quadris e sacudir os braços e ficaram olhando para a menina negra que também ficou olhando para todo mundo, com suas duas trancinhas em pé acabando em dois laços de fita vermelha.

A dona da casa chamou a filha e mandou que ela apresentasse a menina negra às outras crianças. Todos apertaram desajeitadamente a mão da menina negra e deixaram-na depois, sôzinha, num canto da sala.

A dona da casa, praticamente empurrou um menino para perto dela e convidou: "você não querem dançar?" O garoto se colocou a uma distância acintosa da menina e começou a embalar-se molemente. A menina negra tentou aproximar-se um pouco do garoto para dançar como todos dançavam na sala. A cada passo que ela dava para frente, o garoto recuava outro para trás e sem mesmo olhar para a companheira ou se interessar pelos passos que ela fazia, deixou-a no mesmo canto da sala, assim que a música silenciou. Por fim, a menina decidiu divertir-se por conta própria e foi então que outras meninas se aproximaram dela e fizeram uma roda, dançando juntas.

Ninguém falou em cor, ninguém riu da menina nem ameaçou ir embora, porque eram todos muito bem educados. A menina negra nada disse, por sua vez, e só depois de muito tempo é que sorriu. Mas durante a festinha de crianças de seis a dez anos, no máximo, ela ficou individualizada pela cor, pelos momentos de solidão e pela solicitude exagerada de alguns adultos. Os que tinham percebido que a presença dela modificara a atmosfera de espontaneidade antes reinante.

A maioria das pessoas costuma afirmar que não existe preconceito racial e que manifestações esporádicas do preconceito entre nós ligam-se mais à condição econômica e cultural dos pretos e mulatos — que ainda é muito baixa de uma maneira geral — do que a uma ogeriza à raça negra ou aos mestiços. Se uma pessoa consegue vencer a barreira da ignorância e da pobreza, pronto, acaba-se o preconceito e ela é considerada como um cidadão qualquer da sua classe.

É verdade que no Brasil, ser preto ou mulato é uma questão de matiz de epiderme e qualidade de cabelo. A forma do nariz ou a espessura dos lábios não tem muita importância. Nem ninguém se dá, comumente, ao trabalho de investigar o passado e os antecedentes de alguém para descobrir

se esse alguém pertence mesmo à raça negra, como se faz nos Estados Unidos da América do Norte e na África do Sul. É arriscado, isso é, apresentar a um futuro pretendente "bem", ou a noiva de "boa família", um parente próximo de cor. As possibilidades de rompimento são grandes quando se comete tal ingenuidade, sobretudo se houver em jôgo um bom dote ou uma boa situação financeira do noivo ou vice-versa. Mas conseguir passar por branco já é uma porta aberta para vitórias sociais, profissionais e mesmo sentimentais. O que permite concluir, por dedução, que consideramos branco quem tem aparência de branco. Sábia medida, aliás, pois seria bastante complicado estabelecer uma linhagem inteiramente branca ou completamente negra para muitos brasileiros.

Mas a conduta daquelas crianças, reunidas numa sala de apartamento para dançar música importada, mostra, — por se tratar de crianças que não sabem medir o nível cultural nem o nível econômico de outras crianças — salvo exceções lastimáveis — que há algo mais no comportamento dos brancos em relação às pessoas de cor.

O embaixador Souza Dantas relata que uma noite tomou o elevador do edifício em que mora com a família — a única de cor em todo o prédio de bairro rico — e encontrou-se com um menino amigo de seus filhos e cuja família freqüentava sua casa. Como estivesse indo para um jantar no Itamarati, trajava *black-tie*. Ao vê-lo, o menino não se conteve e gritou: "lá vai o molecão!"

Molecagem de menino? Pode ser, mas é também sinal de que sua estrutura preconceitual estava sendo formada.

Sociólogos e estudiosos do problema racial entre nós afirmam que a "democracia racial brasileira" vai ser posta a prova. Agora está nascendo uma questão racial no Brasil, porque não é mais possível conservar o problema nos seus velhos termos de condição econômica e falta de cultura da população de cor.

Os resultados parciais de uma pesquisa feita por Octayio Ianni, Fernando Henrique Cardoso e Renato Moreira — em quatro áreas do Brasil que se distinguiam pelo grau de diferenciação das atividades econômicas, coeficiente de negros na população e participação dos imigrantes no conjunto da população mostram que ... "os modelos tradicionais de acomodação entre os grupos raciais ... tendem ao rompi-

mento quando os brancos se encontram em presença de negros que tenham um *status* social e profissional superior ao deles". Uma das perguntas da *enquête* era: você aceitaria trabalhar com pessoas de cor diferente da sua? Resultado, por exemplo, no Rio Grande do Sul: *Sim*, 13,8%; *não*, 66,3%; *indiferentes*, 20,7%.

"Você aceitaria ser subordinado de uma pessoa de cor? *Sim*, 21%; *não*, 45,6%; *indiferentes*, 33,9%.

E as histórias sobre a vida e os testemunhos recolhidos dos próprios negros da classe média do Rio Grande do Sul permitem afirmar que, em geral, a *contrapartida da ascensão social dos negros é seu relativo isolamento*". E concluem que "os brancos refazem a definição de suas antigas atitudes de tolerância racial e passam a negar aos negros que conseguiram ser-lhes socialmente iguais o direito de viver em pé de igualdade com eles nos clubes, nos postos de comandos, no trabalho, na vida familiar. A ascensão social do negro, por conseguinte, longe de significar o fim do preconceito, pode indicar, na realidade, o começo, no Brasil, de um "problema negro", nos mesmos termos em que existe, por exemplo, nos Estados Unidos".

Um fato é sintomático. Vivemos o período imperial depois da Abolição da Escravatura e o republicano até 1946, sem que nenhum legislador captasse a necessidade de proteger a população de cor do Brasil com uma lei específica. O primeiro projeto de lei nesse sentido foi apresentado pelo senador Hamilton Nogueira à Constituinte de 1946. Pretendia emendar o artigo 159 do antigo projeto de Constituição e o artigo 141 do projeto já revisto, para erigir em crime os atos decorrentes de preconceito de cor e raça. Discutido o projeto, foi rejeitado, sendo o voto vencedor o do deputado comunista e negro, Claudino José da Silva que defendeu o ponto de vista de que a Constituição já declarava a igualdade de todos os cidadãos perante a lei e determinava que ninguém podia ser perseguido por convicções religiosas nem por motivo de raça ou cor.

Mas em 1951 o senador Afonso Arinos consegue fazer aprovar seu projeto e Getúlio Vargas promulga a lei 1390: Recusar hospedar, servir, atender ou receber cliente, comprador ou aluno; obstar o acesso de alguém a qualquer cargo do funcionalismo público ou serviço de qualquer ramo das

fôrças armadas; negar emprêgo ou trabalho a alguém em autarquia, sociedade de economia mista, empresa concessionária de serviço público ou empresa privada, passou a ser considerado contravenção penal punida com pena de prisão variando entre quinze dias a um ano e multa máxima de 5.000.

Documento irrefutável da existência do preconceito de cor no Brasil, a lei Arinos não modificou substancialmente a situação. "Ao contrário", diz o professor e jornalista João Conceição, "colocou o homem de cor, que tem cultura e recursos econômicos, na dependência dos distritos policiais e das dificuldades e desconfortos do processo criminal".

"Foi uma lei que beneficiou outras minorias raciais vítimas do integralismo e do nazismo, não a nós, filhos da terra, "declara o General do Exército Demóstenes Ribeiro, "além de só amparar os casos individuais. A realidade com ou sem a lei Arinos, continua sendo medida, por exemplo, pela ínfima proporção de oficiais graduados e de cor que é de 1% para 10.000 brancos. A instrução, a educação das pessoas de cor conseguirão muito melhores resultados do que qualquer lei".

Decorridos quinze anos da promulgação da lei Arinos, apenas três processos nela fundados foram distribuídos à 19ª Vara Criminal, segundo o escrivão Borges, titular da Vara. Um desses três processos foi movido pela bailarina Geneci Fagundes contra quatro hotéis que a tinham recusado receber numa só noite, na Zona Sul, quando a artista voltava de uma *tournee* de Buenos Aires. A sentença foi absolutória, por falta de provas suficientes. Conforme informação do escrivão Borges, o depoimento de testemunhas é a única prova de que dispõe o acusante para provar a contravenção.

Na 17ª Vara foram registrados dois processos também, um dos quais — o de Djalma Ferreira Manhães — que anunciara um quarto para alugar em sua casa em que vivia família de respeito, dizia o anúncio, e pedia que não se apresentasse pessoa de cor — foi julgado procedente e o réu condenado, em 28/3/63 a quatro meses de prisão simples, multa de 8.000 cruzeiros e *sursis* por três anos. Mas a sentença foi reformada para absolvição total pelo acórdão da 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça em 3 de maio do ano passado.

Se não resolveu o problema da comunidade de cor — nem era essa a finalidade direta do legislador — embora testemunhando oficialmente a existência do preconceito racial, a lei Arinos é testemunho de um Brasil bem diferente daqueles tempos (1775) em que um índio era destituído, por decreto, “do seu posto de capitão-mor porque se mostrara de tão baixos sentimentos ao casar-se com uma negra, manchando seu sangue com essa aliança e tornando-se assim indigno de exercer o referido posto”.

Ou daquele outro de 1745, revogado quatro anos depois, que interditava, expressamente, aos negros e mulatos trajarem-se como os brancos.

Tudo era separado em três, dizia o Padre Antônio Vieira. “Consta essa grande república de três sortes ou três cores de gente: brancos, pretos, pardos... seguindo porém todos mais a diferença das cores que a unidade da profissão, não só os não vemos reunidos em uma irmandade ou divididos em duas, mas totalmente separados em três”.

A solução apresentada pelo jesuíta para remediar a situação injusta seria condenada hoje até pela própria Igreja católica: resignar-se na esperança da vida eterna.

O grande incêndio de entusiasmo em que foram queimados em praça pública todos os documentos relativos às relações entre senhores e escravos, venda e compra nos mercados, logo a seguir à Abolição assinada pela Princesa Isabel, se foi, de um lado, um justo desafogo, por outro privou o historiador de detalhes importantes sobre essas mesmas relações raciais. Mas sobreram as leis e a narrativa dos costumes da época. De maneira alguma um negro ou negra poderia pretender ao casamento com uma pessoa de cor branca, mas todo senhor de engenho e filhos tinham o direito costumeiro de escolher sua negra na senzala. Houve até duas Cartas Régias para coibir os abusos dos senhores; foram logo abolidas, porém. Nem os escravos entre si podiam casar. Em vão batalhou o jesuíta Jorge Binci, no início do século XVIII, para conseguir esse direito para a população escravizada. A mancebia é que se tornou a regra, em favor dos proprietários, em detrimento dos escravos. A Coroa de Portugal e a Igreja protestaram, impuseram penas pecuniárias e até degredo para os que se entregassem a essa prática. Nenhum resultado. As leis que sustentavam o predomínio econômico

e social dos brancos portugueses, essas eram respeitadas: “nenhum negro, mulato ou índio pode aprender ofício de ourives e usar dele”.

Para os mulatos, por exemplo, havia na tropa o TÊRÇO DOS HOMENS DE CÔR e para os negros forros que quisessem alistar-se, havia o REGIMENTO DOS HENRIQUES. As irmandades religiosas, também, faziam abertamente discriminação racial. Em 1771, havia uma irmandade do Rosário para brancos e outra para negros, e para os pardos, a de Guadalupe.

Já em meados do século XVIII, um advogado de cor não pudera tomar posse do cargo de procurador da Coroa, e outro, fora dispensado, por decreto, de ler na Suplicação e ser representante legal da mesma.

E nessa época, 1872, quando se fez o primeiro censo no Brasil, havia para uma população de 9.930.478 habitantes, 4.188.733 negros e pardos. E a mulata já havia sido escolhida, também, para encarnar o conceito de sensualidade que, no seu aspecto espontâneo e também pejorativo, perdura até hoje. Uma quadrinha baiana, dizia:

*Uma mulata bonita
Não carece de rezar
Abasta o mimo que tem
Para sua alma se salvar.*

“Que queixa pode ter no Brasil essa classe de sua população? gritava o Barão de Uruguaiana na Câmara dos Deputados, diante da pretensão do deputado mestiço, Antônio Pereira Rebouças, de que a população mulata fôsse representada no Conselho da Coroa “para que a administração suprema ficasse realmente nacionalizada”.

“Onde lhe chama sua capacidade e instrução é colocada. Não ocupa ela todos os empregos a que lhe dá direito sua capacidade e instrução?... É por que não há presentemente um indivíduo a ela pertencente, segue-se que o ministério não é nacional? É muito. Quando essa classe apresentar homens de instrução e capacidade para a direção dos negócios públicos, e que pelos seus princípios mereçam a confiança do

Monarca, estou persuadido, creio firmemente, que não serão desprezados, que não de ser chamados”.

Nem o desejo de Rebouças nem a idéia do Barão prevaleceram. Foram as idéias de superioridade da raça branca do Conde Gobineau, ministro da França no Brasil em 1870, que ditariam as regras, através de brasileiros como Oliveira Viana, para o tratamento dos negros e mulatos que viviam no Brasil e os que pretendiam entrar nele. Embranquecer a raça brasileira, arianizá-la, era uma fatalidade que Batista Pereira repetia em 1928. A grande salvação no fim do século passado foi o imigrante europeu. Branco e louro, chegando aqui absorveria a população mulata e essa a negra e, dentro de algumas gerações, o Brasil só teria uma raça.

O casamento com branco, ou mesmo as simples relações sexuais, passou, na época, a ser o grande ideal da maioria dos brasileiros.

Para servir interesses econômicos nacionais e internacionais e também em nome da arianização da raça, a imigração começou a ser controlada. Os chineses foram sumariamente eliminados, em 1869. Em 1890, todos os indígenas da Ásia e da África só podiam entrar no nosso País com a autorização especial do Congresso Nacional.

“Fica proibida a entrada de indivíduos humanos das raças de cor preta”, estabelecia o projeto de Cincinato Braga e Andrade Bezerra, apresentado em 1929 ao Congresso. E Carvalho Neto eufórico e pseudamente fazendo ciência sociológica predizia: “na fusão de duas raças vence a superior: o negro no Brasil desaparecerá dentro de setenta anos!”

Em 1934 a Constituição falou de quotas (2% da população total) para estrangeiros “visando a garantir a integridade étnica”.

O último decreto-lei, abertamente racista, foi promulgado em 1945: atender-se-á na admissão dos imigrantes a necessidade de preservar e desenvolver na composição étnica da população as características mais convenientes da sua ascendência européia, assim como a defesa do trabalhador nacional”. Mas como o europeu tão desejado para nos arianizar nem de longe preencheu as quotas que lhes foram oferecidas e como os arianos de Hitler haviam perdido a guerra, em 1946 só se falou “no interesse nacional”.

Não se conhece ainda os resultados do censo de 1960 quanto à discriminação por cor. Em 1950, para uma população de 51.944.387 havia:

brancos	32.027.661
pretos	5.629.657
pardos	13.786.742
amarelos	329.082

No Norte, o Estado de maior mestiçagem era o Pará; no Nordeste, Pernambuco; Bahia, na região Leste e São Paulo, no Sul.

Hoje em dia, entre elementos mais evoluídos da raça negra, o sentimento que domina é o da negritude, ao invés do embranquecimento. O movimento que começou na África tem seus ecos aqui. É uma espécie de consciência da raça suplantando o complexo da raça. Não é orgulho da raça, é mais que isso, é sentir-se tranqüilamente, querer tranqüilamente ser negro e mulato. Não precisar mais casar-se com branco ou passar por branco para poder ter um lugar ao sol. O desejo essencial é viver e progredir sendo negro e mulato.

Marieta Campos, chefe do Setor de Organização e Métodos do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, diz que é mais ainda: é livrar-se da angústia que o preconceito racial cria nas pessoas de cor, angústia que a gente sente quando vai, por exemplo, procurar um apartamento e fica sempre esperando que o porteiro venha dizer para pegar o elevador de serviço; ou quando se faz uma barbearagem com o carro e se sabe que outro vai logo gritar: automóvel não é tanque de lavar roupa! E se você ultrapassa carro de *play-boy* já fica esperando que ele a alcance para dizer: olha! andam queimando negro por aí!

A estudante de direito Sebastiana Arruda acha que o preconceito racial entre nós é dirigido contra um negro e não contra a raça, em geral, seria merecer dos colegas no Fôro e na rua, o mesmo tratamento cordial que lhe dão na Faculdade; não ser confundida como parente do réu porque ele é preto nem ver encerrada a audiência pelo Meretíssimo senhor Juiz antes que ela tenha podido falar, como estagiária

e defensora do réu e ocupante do lugar dos advogados à mesa de julgamento: é poder entrar no elevador do edifício em que mora, entre 34 famílias brancas, sem que o vizinho não lhe mande subir pela escada ou não jogue baldes d'água no terraço quando ela ali se encontra com sua família ou amigos.

A negritude não é passividade, é meio de resistir ao preconceito. Mas mesmo assim uns ainda acreditam que êle será vencido pela evolução individual de cada pessoa de côr. Outros, mais objetivos, acham que a grande maioria das pessoas de côr no Brasil está encerrada dentro do círculo de ferro da pobreza e da ignorância e só o Govêrno, dizem, poderá rompê-lo. Se o Govêrno não aproveita o contingente de homens de côr hábeis e capacitados nas suas emprêsas estatais, como pode pretender que as emprêsas particulares o façam?

Em São Paulo, a concorrência entre profissionais brancos e prêtos, nas fábricas e nos escritórios como também nas repartições públicas é muito grande. E a segregação social é bem mais acentuada que no Rio, Bahia e outros Estados em que o elemento negro representa uma percentagem maior da população. Por isso há, atualmente, só na Capital paulista uns dez clubes só para pessoas de côr. E no Aristocrata, por exemplo, embora o nome, há um departamento que se encarrega de vigiar a sorte profissional de seus sócios. Se por acaso êle é preterido numa promoção, ou não consegue emprêgo por causa da côr, o clube providencia defesa judicial. E o orienta também, no sentido de não procurar as emprêsas privadas e sim o funcionalismo público. O Estado-Patrão, não pode se permitir a uma política racista. Segundo um dos diretores do Aristocrata, José Pelegrini, já há em São Paulo, atualmente, um "poder econômico" de pessoas de côr que, embora com condições econômicas e sociais para ingressar nos clubes de categoria das cidades do interior ou da capital, foram forçados a criar seus próprios clubes. Não que elas não possam comprar as dispendiosas ações dos clubes "grã-finos" de São Paulo. Compram-nas, na esperança de poderem dar a seus filhos uma oportunidade de freqüentar a piscina e os salões do clube, mas quando pedem a carteira de sócio, a resposta é sempre a mesma: "o senhor fará a gentileza de aguardar nosso chamado. As instalações do

clube não comportam novos freqüentadores. Em todo caso, o senhor já fez uma boa colocação de capital, porque nossas ações se valorizam rapidamente". Assim nasceu, também, o Renascença do Rio numa noite de 1950 em que o seu futuro fundador, o advogado Oscar de Paula Assis e senhora, e o Sr. Domingos Soares foram assistir à peça Anjo Negro, no Teatro Phoenix, hoje demolido. Barrados, sem razão plausível, foram tomar um chope na antiga Brahma na Galeria Cruzeiro e depois rumaram para o Retiro da Saudade onde o Sr. Domingos Soares também não conseguiu entrar.

Como não dispunham de sede, no início da vida do Renascença, o Dr. Paula Assis pedia a amigos brancos para contratar os salões quando o clube queria dar uma festa. Do contrário, diz êle, ninguém nos alugava. E quando lançaram a primeira mulata como "miss" pelo Renascença, "vieram me procurar os que faziam propaganda do concurso Miss Brasil e pedir para que retirássemos a candidatura da nossa representante, porque as mães das misses da zona Sul estavam retirando as filhas do concurso. Não queriam que concorressem com uma mulata, sobretudo porque, no futuro, o clube poderia apresentar uma negra".

A vitória de Vera Lúcia provou que essas susceptibilidades foram vencidas, embora alguém tenha dito que comparar a beleza morena de Vera Lúcia com a branca de Ângela Vasconcelos era o "mesmo que comparar um cão com um gato". E também, afirmava-se que a Secretaria de Turismo dera ordens para não deixar eleger mais ninguém de côr. Deve ser mera coincidência mas desde então tôdas as misses Guanabaras têm sido louras.

Da política racista da maioria dos clubes de classe do Brasil não escapou nem Maria Carolina de Jesus, na época em que estava no apogeu da fama após a publicação de *Quarto de Despejo*. Foi convidada a se retirar do Clube Sírio Libanês de Santos. Também, conforme noticiou tôda a imprensa, não pôde permanecer no local do banquete oferecido a Anselmo Duarte quando êste voltou da Europa com a Palma de Ouro, porque pessoas presentes, indiretamente, o exigiram. O incidente se passou, também, em Santos.

No 15º Distrito Policial, foi iniciado, há meses, um processo, pela ex-atriz de cinema Teresa Santos, estrêla do

filme *Orfeu da Conceição* e hoje diretora cultural da Escola de Samba de Mangueira, contra o diretor social e o gerente do Clube Federal do Leblon, sob a alegação de que fôra convidada a sair da sede por ser de côr.

O jornalista negro, José Carlos Rêgo, foi protagonista de um episódio que se passou na sede de classe — Morro da Viúva — do Clube de Regatas do Flamengo.

A sede da Praia do Flamengo é considerada popular. "Eu e minhas duas irmãs, fomos barrados pelo porteiro no Morro da Viúva. Insisti e êle acabou confessando que recebera ordens da diretoria para não deixar passar pessoas de côr. Exigi a presença do diretor. Êle veio e ao ver minha carteira de jornalista e minha disposição de fazer valer a lei Arinos, desmentiu o porteiro e nos convidou a entrar. "Os senhores vão ter a prova de que não fazemos discriminação racial. Lá dentro já estão outras pessoas de côr". De fato, havia uma família junto a uma mesa afastada com a qual conversei depois e que me disse que estava ali para provar que o clube não tinha preconceito de côr, mas que nenhum dêles podia dançar com outras pessoas nem entre êles".

Em meados de 1950, a imprensa em geral trazia a público o caso da bailarina e coreógrafa, internacionalmente conhecida, Katherine Dunham, que não foi admitida no Hotel Esplanada por ser negra.

"Estou profundamente surpreendida", disse ela. "Havia feito a reserva há cêrca de dois meses, quando ainda estava no estrangeiro, por intermédio de meus agentes. Nessa ocasião a reserva foi feita em meu nome. Êles não ignoravam que o apartamento era para mim e meu marido. É um acontecimento inédito em minha vida em tôdas as *tournées* que realizei. Não tenho queixa dos brasileiros, porém. Acredito que o hotel que me recusou constitua uma exceção. Naturalmente, senti-me ferida. Minha vida tem sido uma luta: mostrar que o preconceito racial é um absurdo".

Infelizmente a atitude tomada pela gerência do Esplanada não era uma exceção. A própria Embaixada dos Estados Unidos havia reservado aposentos no Hotel Serrador para a cientista americana e negra Irene Diggs que vinha passar uns tempos no Brasil em missão do Departamento de Estado. Ironias de preconceito porque, em geral, o receio de desgostar ou perder os hóspedes e clientes americanos

brancos é que determina essa atitude dos hotéis. Irene Diggs foi barrada e voltou para os Estados Unidos dizendo que o único país mais preconceituoso do que o seu era — no mundo — o Brasil que "dissimulava o preconceito como a brasa debaixo da cinza".

Ante o impacto causado pelo caso Irene Diggs e sob preito do jornalista Raimundo Magalhães Júnior, pela imprensa, a gerência do Hotel Serrador reservou o apartamento 712 para o diretor do Teatro Experimental do Negro, Abdias do Nascimento e senhora, passarem um fim de semana. É o próprio Abdias quem narra a situação. "Depois de instalados, descemos para almoçar no Night and Day. O Freixinhas era o gerente e assim que nos viu explicou que o restaurante se destinava, exclusivamente, aos hóspedes do hotel. Disse-lhe que éramos hóspedes. Êle não disfarçou a surpresa e mandou um garçom comunicar-se com a recepção e confirmar o que eu dizia. Foi então informado que estávamos ali exatamente para provar que o hotel não fazia preconceito de côr. Mudou, inteiramente, de atitudes e fomos servidos com uma atenção e solicitude de que poucos hóspedes gozaram naquele dia". No dia seguinte, Abdias ofereceu um coquetel nos salões do hotel aos seus amigos brancos e de côr.

Marian Anderson, Carol Brice, Joe Louis (que foi barrado em um hotel paulista e três cariocas) aumentam a lista dos *casos estrangeiros*, além de outros menos famosos. Lawrence Brailord, economista de transportes da USAID que deixou o Brasil há poucos meses, não conseguiu ser sócio do Fluminense por ser negro, apesar de norte-americano.

Recentemente, o advogado negro paulista, Waldomiro Custódio Filho, foi a Recife e quis hospedar-se no Guararapes. Já estava preenchendo a ficha quando o gerente que escrevia numa mesa da recepção, levantou os olhos, deparou com êle e disse: "Sentimos muito, mas não temos quartos desocupados".

O advogado contestou bem alto para todos ouvirem: "Mas se o rapaz aqui me disse que tinha e me deu a ficha!"

— Êle se enganou — respondeu o gerente. E todos começaram a indicar outros hotéis da cidade. Foi quando o chofer que trouxera o advogado interveio avisando que êste seguiria no dia seguinte para Belém.

"Foi um passo mágico", conta o Dr. Custódio Filho. Mudaram completamente. Consegui um ótimo quarto e ainda não queriam cobrar-me a diária no dia seguinte".

Bem tratada sou sempre quando me apresento em um banco para me candidatar a um posto qualquer", declara a seu turno a escriturária do Sindicato dos Bancários, Jorgina A. Pereira. Recebo tôdas as informações que solicito e apresento a documentação exigida: retratos e certificado de conclusão de curso ginásial ou complementar. Fiz isso cinco vêzes e nunca fui informada, por nenhum dos bancos a que me candidatei, do dia da realização das provas. O que acontece comigo deve suceder com outras colegas de côr porque basta percorrer os bancos da cidade. Em raríssimos se encontrará uma môça ou rapaz mulatos, mesmo claros, atendendo o público". A solução é candidatar-se aos bancos estaduais e federais, conclui Dona Jorgina que não toma o preconceito — ela diz que só pode ser por preconceito racial que não é chamada para fazer as provas — como um obstáculo desencorajante. "Ao contrário, para mim serve de estímulo para alcançar sempre uma melhor posição cultural e profissional". E acha que a contribuição de Vera Lúcia ao se deixar eleger *Miss Guanabara* foi imensa porque ela criou um nôvo padrão de beleza e "os rapazes passaram a ter uma atitude mais cortês com as môças de côr".

A "boa aparência" exigida em quase todos os anúncios de emprêgo, é a maneira mais prática para afastar as pretendentes de côr. Ou então, a seleção é feita através de cartas dirigidas às caixas postais e jornais, com a exigência de inclusão de "fotografia recente". E quando se telefona para sondar o objetivo dessas exigências, a confirmação não se faz.

No dia 26 de junho passado, a Barbosa Freitas, casa de modas, louças e cristais, anunciava emprêgo para vendedoras e balconistas. Ao telefone informava a encarregada da seleção quando soube de que se tratava de uma candidata de côr:

— Depende, sabe? Depende da boa aparência, isto é, das feições do rosto, dos dentes, dos cabelos bem penteados, etc. . .

Ou então a negativa é direta; como a que foi dada pela firma que precisava de um chefe de manutenção, à rua Franklin Roosevelt, 194, s/j 202.

— Pode ainda apresentar-se um candidato?

— Pode sim.

— Mas o engenheiro que pretende o posto é de côr.

Tem algum problema?

— Tem sim. A senhora sabe, são quase tôdas firmas americanas. É uma injustiça, eu sei, mas êle não será escolhido entre outros candidatos.

Quando não é a firma empregadora que seleciona o empregado, a "depuração" é feita pelas agências de emprêgo. E quando uma delas envia uma pessoa de côr capacitada cumprindo sua função de intermediária no mercado de trabalho e visando ganhar a porcentagem que lhe cabe, recebe, invariavelmente, uma cartinha da firma rogando-lhe "não repetir o engano".

Jânio Quadros, quando Presidente da República, havia incumbido um de seus oficiais de gabinete a reunir material de publicidade e anúncios que infringisse a lei Arinos e enviá-lo ao Ministro da Justiça para que fôssem tomadas as medidas competentes.

Apesar da medida e da lei vigente, ainda aparecem anúncios como êsses, no *Jornal do Brasil*: Menor de 14 anos, de côr, com bons costumes e referências para limpeza e mandatos. Ouvidor nº 169, 1º andar, sala 111 (19/6/1966)".

"Precisa-se babá, preferência branca, 25/40 anos, duas crianças. Referência mínima um ano de trabalho. Favor não se apresentar sem condições. Santa Clara, 200, aptº 902 (mesma data).

Ou êsses do dia 26/27 de junho de 1966). *Babá branca*, criança um ano, prática de seis meses no mínimo e referências. Rua Conselheiro Lafayette, 87, 1º andar, tel. 27-2420. *Copeira-arrumadeira*. De preferência portuguesa com prática de passar, precisa-se para família estrangeira. Paga-se bem, rua Barata Ribeiro, 286, aptº 1001.

A escassez de profissionais devidamente qualificadas como enfermeiras modificou, inteiramente, o panorama atual em que se vê, mesmo nas clínicas particulares, servindo indistintamente adultos e crianças, môças e rapazes de côr. Há vinte anos atrás a chefe das enfermeiras da Maternidade Ar-

naldo de Moraes recusou receber Jandira de Paula Assis, hoje técnica em reabilitação motora da Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação. "Não pude seguir minha vocação e hoje trabalho sem problemas, explica, *porque estou ali para servir os que precisam de mim*".

O desvio de vocação entre as pessoas de cor é mais fundamentalmente um problema econômico. "Eu nunca quis ser advogado. Minha vocação era a medicina. Mas eu tinha de trabalhar o dia inteiro e uma das poucas carreiras que oferecia curso noturno, naquela época, era a de Direito", comenta o comissário de polícia de Campos, Dr. Edésio Batista Albino.

Na Guanabara, uns 11% apenas de alunos negros e mulatos completam o curso ginasial e 3% de jovens o curso universitário. Aliás os dados estatísticos atuais do Serviço de Estatística da Educação e Cultura, não discriminam mais população estudantil pela raça ou cor e nem nas faculdades ou estabelecimentos secundários incluem nas fichas de inscrição esse item. São os próprios estudantes de cor dos cursos superiores, individualizados em grupos de três ou cinco, no máximo, em turmas de duzentos a trezentos alunos que dão a percentagem média.

A população universitária do Brasil é constituída, atualmente, de apenas 142.386 estudantes e a secundária de 1.061.899 alunos.

Mas, às vezes, mesmo tendo recursos econômicos se pode seguir a carreira escolhida, afirma Dona Juraci Caetano da Silva, Instrumentadora do Hospital dos Marítimos que queria ser médica também, e fez uns testes vocacionais no ISOP para confirmação de sua escolha. Atônita, ouviu da técnica que a chamou à rua da Candelária, 6, para lhe dar o resultado científico dos testes: mas você não vê que é negra, minha filha, para quê estudar medicina!

"Quem quer estudar, estuda", diria o advogado Gilberto Fernandes. "Éramos quatro irmãos em casa e só eu quis estudar. Na tipografia em que eu trabalhava os três companheiros negros me diziam que eu queria "passar por branco" com aquela mania de estudar. Quem me incentivava era o único companheiro branco que trabalhava conosco.

Mas nem toda mulata ou negra, mesmo querendo, consegue ser aeromoça, por exemplo. "Falta de habilitação, talvez,

diz o Comandante Dagoberto Rios, presidente do Sindicato dos Aeronautas, que em vinte anos de voo pela Panair só conheceu duas aeromoças mulatas, quatro ou cinco comandantes mulatos escuros e alguns rádio-operadores. "Pode ser, também, que a pessoa encarregada da seleção do pessoal tenha problemas com a raça negra, mas é simples problema pessoal. Acontece que a condição *sine qua non* para que uma moça receba treinamento adequado, pela firma empregadora, para exercer a função de aeromoça é *boa aparência*. *E boa aparência é um dos nomes camuflados do preconceito racial* conforme pesquisa realizada no Rio de Janeiro pela Seção de Colocação de Trabalho do Ministério do Trabalho em 1959. Com efeito, candidata de cor mesmo com habilitação para o comércio, escritórios, cinemas, consultórios, portarias, bares, hospitais, firmas estrangeiras e outros estabelecimentos, não conseguem trabalho.

Na dificuldade de colocação dos desempregados, conclui a pesquisa, "o preconceito de cor se encontra em primeiro lugar, em segundo vem a idade e, por fim, a nacionalidade".

Na carreira militar o homem de cor não tem problemas para sentar praça: em nenhuma das três armas, mas dificilmente chega ao oficialato superior. Na ativa existem, atualmente, apenas dois generais negros do Exército. O General João Batista de Matos, um deles, quando diretor do Serviço Militar, em 1963, afirmava que "em 1918 o quadro de oficiais, por força das lutas internas e externas ocorridas no Império e na República, compreendia oficiais, em sua maioria oriundos da tropa, aos quais era facultado cursar as escolas militares já como oficiais. O regime de exames parcelados, de concurso diretamente para o primeiro ano da Escola Militar, a existência de curso anexo à própria escola, em muito facilitavam o ingresso dos menos afortunados, como eu, ao oficialato do Exército e é entre os menos afortunados, que se situam 99% da população de cor. A fase contemporânea, demarca, com o advento das Escolas Preparatórias e de Colégios Militares, como únicas fontes de matrícula na Academia Militar, passou a exigir do candidato condição econômica de nível mais alto e assim reduziu de muito as possibilidades dos pertencentes à raça, cujos componentes pretos e pardos, em número muito reduzido, incluem-se na classe média".

Na Marinha, até 1958, segundo o contra-almirante médico, Waldir da Silva Ramos, as portas da Escola Naval estavam praticamente cerradas para os jovens de côr. Não que se impedisse diretamente um negro ou mulato de inscrever-se, mas os que vencendo seu problema individual se candidatavam eram, sem apelação, eliminados no exame médico. Os médicos é que faziam o racismo. Depois de 1960 a situação melhorou um pouco, devido talvez, pensa o contra-almirante, a uma "revolução do pensamento humano". "Começa-se a compreender que a inteligência de um homem não se relaciona com a côr da pele e hoje já se vê, entre os aspirantes, alguns rapazes *com traços da raça negra*". Quando espontaneamente pediu sua transferência para a reserva, em 1961 depois de 23 anos de serviço ativo, diz o contra-almirante Silva Ramos que havia apenas três médicos de côr na Marinha, êle inclusive.

ARTUR RAMOS já afirmara, pública e incisivamente: "Quanto à discriminação racial no Corpo Diplomático, Escolas Naval, Militar e da Aeronáutica, trata-se de fato tão absurdo que poucos podem acreditar existir no Brasil. Mas existe".

Segundo o diplomata da ala jovem do Itamarati, secretário Orlando Carbonar, no entanto, existem muitos diplomatas mulatos atualmente na casa colonial da rua Larga. Alguns dêles muito brilhantes cujo nome não cabe citar para não incidir no racismo ao contrário, não inverter os termos do problema. "Com a criação do Curso Rio Branco, em 1946, exigindo que o candidato se submeta a exames de nível cultural sômente e não mais exames de títulos — que poderiam perpetuar os nomes das grandes famílias brancas na carreira diplomática — houve uma verdadeira democratização na carreira, segundo o secretário Carbonar. O exame médico a que são submetidos os candidatos, também, não é mais uma das possibilidades de eliminação dos candidatos de côr, conforme se afirma, porquanto é uma decisão de que cabe recurso, mandado de segurança". E cita seu próprio caso pessoal de laudo reprobatório em virtude de uma deficiência de acuidade visual. "Achando o critério rigoroso e infundado, vali-me da medida de segurança e há seis anos desempenho minhas funções aqui na Casa". "Infelizmente", a falta de oportunidades, culturais, econômicas e sociais de que sofre

a raça negra, conclui o secretário Carbonar, é a responsável pelas reprovações daqueles que porventura se apresentaram".

Uma terceira opinião sôbre o assunto foi dada em 1951, pelo embaixador Lafayette de Carvalho e Silva em entrevista ao jornal *Última Hora* no dia 13 de setembro. Tratava-se do caso de dois candidatos cuja pretensão de se apresentarem aos exames vestibulares havia sido cortada, segundo os candidatos, pelo Ministério das Relações Exteriores. "Jamais teríamos agido desta maneira. Teria sido uma monstruosidade da nossa parte. Limitei-me na minha resposta como na minha conversa com o primeiro candidato a esclarecer que, apesar de não existir qualquer idéia de preconceito de côr ou raça no Brasil, desde a sua existência, havia entretanto, e muito acintosamente, em quase todos os países do mundo. Justamente onde êle mais tarde deveria ir representar o Brasil. Procurei sempre fazê-los compreender que mesmo não havendo nada que os impedisse de pertencer à Casa de Rio Branco, por outro lado estaria além de nossa possibilidade, fazer com que alguém, Govêrno ou sociedade, lá fora, aceitasse nossa maneira de pensar. O homem de côr, na maioria das outras nações, é sempre pôsto de lado, caso pretenda sair do seu meio ou ambiente que lhe seja peculiar. Ponderei-lhe, outrossim, que êle receberia convites para as festas oficiais, se recebesse, no dia imediato à sua realização e, para as particulares, nunca". Quem contesta é o nosso único embaixador negro, que o Brasil teve em tôda sua história diplomática, Raimundo Souza Dantas, chefe de nossa missão diplomática em Gana no período presidencial de Jânio Quadros. "Depois que deixei a missão diplomática e voltei em 1964 para o Brasil é que vivo completamente isolado. Fui obrigado a criar novas condições de vida e, então, não pude deixar de levar em consideração o fato de ter mostrado uma outra face do Brasil, no exterior, sendo negro como sou. E acredito que haja, por parte de certa camada de brasileiros, um ressentimento, uma sensação de mal-estar, decorrente dessa nova imagem que apresentei do nosso país".

Entre essas duas afirmações opostas há os que dizem que o Itamarati não é mais aquela cidadela invulnerável e que o "surto de democratização" iniciado por Jânio Quadros lançou sementes, pois há atualmente muitos mulatos no corpo diplomático. É verdade, explicam, que são mulatos que se

dizem brancos e como tais são considerados. Se não há negros, afirmam, é porque não se apresentou nenhum candidato capaz de vencer os exames rigorosos para ingressar no Rio Branco. E outros mais objetivos ainda garantem que as pessoas de cor não procuram ingressar no Itamarati porque as vantagens oferecidas para um terceiro ou segundo secretário são bem inferiores às que a indústria e o comércio oferecem. E, por fim, um outro grupo sustenta que a orientação predominante é, ainda, aquela exposta pelo embaixador Lafayette Silva e que só são aprovadas pessoas de cor quando é impossível reprová-las. Mas que a presença, no Brasil, e em quase todos os países do mundo, dos diplomatas africanos, acabará abrindo maiores oportunidades de ingresso na carreira, pois, pelo menos, na África, nós poderíamos ser representados por negros sem que eles corressem o risco de isolamento aludido pelo embaixador Castro e Silva.

No mundo da imaginação e do talento, o preconceito racial tem menos vitalidade. Para compensar a rigidez de conceitos do mundo das armas e da diplomacia há, felizmente, o sucesso do embaixador esportivo, capitão da bola e rei PELÉ — um pouco abalado ultimamente, mas sempre REI como disse o Eusébio de Portugal — de um Aleijadinho e Heitor dos Prazeres, de um Machado de Assis, de Elizete Cardoso, Wilson Simonal e Grande Otelo, de uma Chica da Silva e Gigi da Mangueira, e de uma cantora como Maria Aparecida que se exhibe na Ópera de Paris. Os empresários e organizações que oferecem as oportunidades de projeção não podem desprezar a enorme contribuição que a raça negra dá à música popular, à literatura e às artes plásticas brasileiras. A cor, nesse mundo, não significa um *handicap* em termos de concorrência, salvo quando se trata de arte cênica, como teatro e dança. Nesse particular, o Municipal é considerado a Marinha da Arte. Alguns cantores de cor integram o coro do Teatro, umas quantas meninas com traços da raça negra, o quadro das alunas do curso de dança — que é atualmente gratuito — e no corpo de baile há uns cinco elementos “mulatos claros”. Mercedes Batista, bailarina clássica, negra, diretora de um conjunto folclórico que esteve recentemente na França com ajuda de custo dada pelo Itamarati — o que surpreendeu a todos os componentes do grupo — fez cinco concursos para poder ingressar no corpo de baile.

Os quatro primeiros, ela conta, foram anulados pelas razões mais diversas e inesperadas. Eu era a única concorrente negra e fui, também, a única a não ser informada da data da realização do quinto concurso, nem mesmo pelas minhas colegas. Descobrimo, por acaso — não houve publicidade alguma — já no vestiário que minhas colegas se apresentariam, em seguida, ao exame, reclamei junto à diretoria e fui, então, informada de que faria meu exame com a turma de rapazes, dias depois. Fiz e passei. Mas em dezoito anos de casa, de corpo de baile — e agora professora do curso de bailado — só uma vez um coreógrafo — estrangeiro, aliás — me deu a oportunidade de um solo, mesmo quando eram montados tantos bailados brasileiros em que minha pele escura não seria notada pelo público”.

Léa Garcia (a Serafina do *Orfeu do Carnaval* e a Mira do *Orfeu da Conceição*) diz que nem sucesso artístico elimina o preconceito. “A gente passa a ser um bicho raro, uma figura pitoresca no ambiente. Todos querem tirar fotografia com a gente para ser, também, notícia de jornal. Pouquíssimas pessoas porém convidam para ir à casa delas num plano de amizade pura e simplesmente. Meu filho mais velho foi barrado, no princípio do ano, no Fluminense Futebol Clube e um outro foi humilhado pelo porteiro do edifício em frente ao nosso. E declara: “Casei-me (pela segunda vez), com um homem branco e foi um grave erro para nós dois porque é muito difícil vencer só com o amor a pressão social do preconceito”.

Numa pesquisa realizada para *Realidade*, entre pessoas de cor de nível cultural e econômico superiores, o casamento com branco é encarado com “receio de que não dê certo” porque “pessoa de cor sofre muito na maioria dos casos”. Com mais facilidade acham que um homem de cor encontra uma companheira branca porque, como homem, ele pode oferecer uma situação social que, quase sempre, é muito melhor do que a da mulher com quem se casa. A mulher de cor insuadada e com independência econômica mais facilmente pode escolher um consorte branco e nem, tampouco, encontra facilmente um companheiro de sua cor e de seu mesmo nível. Na esfera do proletariado e da pequena burguesia o problema não tem tanta importância embora exista e seja o pre-

conceito manifestado, principalmente, pelos nordestinos — cearenses sobretudo.

Não há estatísticas oficiais que indiquem maior frequência de casamentos ou “ligações amorosas” entre estrangeiros e brasileiros de côr. Historicamente, no entanto, os portugueses foram os que menos preconceituosos se mostraram no que se refere às “ligações amorosas” e à prole mestiça, reservando, no entanto, o instituto do matrimônio para uma patricia.

Por outro lado, também, coube ao clube Vasco da Gama a liderança na democratização do “amor coletivo”, poderíamos dizer dos brasileiros, que é o futebol. Conta João Saldanha (*Os Subterrâneos do Futebol*) que quando os clubes só representavam a alta sociedade e as bolas chutadas pelos jogadores ainda vinham da Inglaterra, o futebol era amador e nenhum negro ou mulato vestia as camisas do Flamengo, Fluminense (chamado o clube pó-de-arroz), Botafogo ou do Paulistano (que preferiu fechar sua seção de futebol do que deixar entrar jogador de côr), ou do Minas Atlético, do Náutico de Pernambuco e tantos outros. Mas o Vasco, já em 1933 tinha um quadro social que representava o comércio de secos e molhados, aquela camada da população que estava em constante contato com a população que era o grande freguês. Se o clube fizesse restrições raciais quanto aos jogadores arruinaria grande parte dos sócios. Para contornar o problema (outras circunstâncias também influíram) abriu-se a luta pelo profissionalismo. Seriam admitidos jogadores negros e mulatos na qualidade de empregados dos clubes evitando-se assim a “mistura” deles com os sócios. O Botafogo (que hoje em dia, segundo o testemunho da subdiretora do Departamento Médico, Dra. Talita Tudor, não faz mais segregação racial) põe-se a liderar a facção contrária ao profissionalismo — a chamada facção CBD — e o Vasco (que continua fazendo restrições raciais para a admissão no seu corpo social) empunhou a bandeira do pró-profissionalismo — a da Federação. O Fluminense acabou aderindo à vese do Vasco, desejoso de reforçar seus quadros e conseguir vencer um campeonato. Muita luta, muito pedido de demissão deu o assunto e, por fim, acabou vencendo a “mistura profissionalizada”. Nem tôdas as relações humanas podem ser profissionalizadas, porém. Sobretudo quando essas relações se

fundam mais na confiança que na competência profissional, o preconceito racial pode abrir brechas profundas.

“Tornei-me um covarde”, confessa o Dr. Aderbal Bahia que há vinte anos clinica em São Cristóvão e que teve de abandonar Salvador para fugir da perseguição de um professor que o reprovava sistematicamente em anatomia. (aqui, no Rio, na Faculdade Nacional de Medicina, foi aprovado com dez.) Não quero exercer nenhuma atividade que exija contatos sociais e o trato constante com pessoas que não sejam meus clientes ou amigos íntimos. Não quero sofrer o que ouço os outros contarem que sofrem, só porque são de côr. E mesmo à porta do meu consultório a decepção vem bater, de vez em quando. “Abro a porta e quando o cliente se intera de que sou eu, negro, o Dr. Bahia, fico esperando por uma dessas três reações: ou o cliente inventa uma desculpa — esqueci o dinheiro em casa — e sai para nunca mais voltar; ou então se deixa examinar e também, nunca mais volta. A terceira reação é a do cliente que volta para a segunda, terceira consultas e quando adquiriu confiança diz, sem rodeios: minha mulher ficou um pouco assustada na primeira vez. E há também o quarto tipo de reação, a do cliente que já vem avisado que o médico é de côr e, então, tudo se passa naturalmente como no consultório de um ginecologista branco.

Abdias Nascimento diz que esta hiper-sensibilidade criada pelo preconceito — sofrida por todos mesmo os que a negam — tem diversas maneiras de se manifestar e a mais profícua, para êle, é a de sair da solidão, participar dos movimentos realizados por brancos e negros para desenraizar o preconceito racial “que é nosso e não importado como querem alguns”, conclui o diretor do Teatro Experimental do Negro.

* CITA VÁRIAS LEGISLAÇÕES
CONTRA NEGROS e RAÇAS que
OS PROTEGEM DO PRECONCEITO
RACIAL

* VÁRIOS exemplos de
DISCRIMINAÇÃO RACIAL

A MENINA negra parou com a senhora diante da porta entreaberta de um apartamento da Avenida Atlântica. De dentro vinham a voz de Bob Darin e as risadas das crianças que dançavam.

A dona da casa acudiu à chamada da campainha e a senhora explicou: "uma amiguinha da minha filha que está aí dançando foi procurá-la lá em casa. Será que ela pode participar também da festinha?"

— Claro que sim — respondeu a dona da casa e abriu a porta e viu a menina negra. Fêz "ah!" e, finalmente, convidou a menina para entrar. Chegaram à entrada da sala onde a turminha dançava. Todas as crianças pararam de

ARQ.

De que côr é o Racismo no Brasil?



O que é bom para os EUA é quase
tão bom para o Brasil

Reportagem de Nice Rissone

Do Livro: O Livro de LABEÇEIRA DA MULHER
AUTORES DIVERSOS
RIO DE JANEIRO
CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA — 1967

mexer os quadris e sacudir os braços e ficaram olhando para a menina negra que também ficou olhando para todo mundo, com suas duas trancinhas em pé acabando em dois laços de fita vermelha.

A dona da casa chamou a filha e mandou que ela apresentasse a menina negra às outras crianças. Todos apertaram desajeitadamente a mão da menina negra e deixaram-na depois, sôzinha, num canto da sala.

A dona da casa, praticamente empurrou um menino para perto dela e convidou: "você não querem dançar?" O garoto se colocou a uma distância acintosa da menina e começou a embalar-se molemente. A menina negra tentou aproximar-se um pouco do garoto para dançar como todos dançavam na sala. A cada passo que ela dava para frente, o garoto recuava outro para trás e sem mesmo olhar para a companheira ou se interessar pelos passos que ela fazia, deixou-a no mesmo canto da sala, assim que a música silenciou. Por fim, a menina decidiu divertir-se por conta própria e foi então que outras meninas se aproximaram dela e fizeram uma roda, dançando juntas.

Ninguém falou em cor, ninguém riu da menina nem ameaçou ir embora, porque eram todos muito bem educados. A menina negra nada disse, por sua vez, e só depois de muito tempo é que sorriu. Mas durante a festinha de crianças de seis a dez anos, no máximo, ela ficou individualizada pela cor, pelos momentos de solidão e pela solicitude exagerada de alguns adultos. Os que tinham percebido que a presença dela modificara a atmosfera de espontaneidade antes reinante.

A maioria das pessoas costuma afirmar que não existe preconceito racial e que manifestações esporádicas do preconceito entre nós ligam-se mais à condição econômica e cultural dos pretos e mulatos — que ainda é muito baixa de uma maneira geral — do que a uma ojeriza à raça negra ou aos mestiços. Se uma pessoa consegue vencer a barreira da ignorância e da pobreza, pronto, acaba-se o preconceito e ela é considerada como um cidadão qualquer da sua classe.

É verdade que no Brasil, ser preto ou mulato é uma questão de matiz de epiderme e qualidade de cabelo. A forma do nariz ou a espessura dos lábios não tem muita importância. Nem ninguém se dá, comumente, ao trabalho de investigar o passado e os antecedentes de alguém para descobrir

se esse alguém pertence mesmo à raça negra, como se faz nos Estados Unidos da América do Norte e na África do Sul. É arriscado, isso é, apresentar a um futuro pretendente "bem", ou a noiva de "boa família", um parente próximo de cor. As possibilidades de rompimento são grandes quando se comete tal ingenuidade, sobretudo se houver em jôgo um bom dote ou uma boa situação financeira do noivo ou vice-versa. Mas conseguir passar por branco já é uma porta aberta para vitórias sociais, profissionais e mesmo sentimentais. O que permite concluir, por dedução, que consideramos branco quem tem aparência de branco. Sábua medida, aliás, pois seria bastante complicado estabelecer uma linhagem inteiramente branca ou completamente negra para muitos brasileiros.

Mas a conduta daquelas crianças, reunidas numa sala de apartamento para dançar música importada, mostra, — por se tratar de crianças que não sabem medir o nível cultural nem o nível econômico de outras crianças — salvo exceções lastimáveis — que há algo mais no comportamento dos brancos em relação às pessoas de cor.

O embaixador Souza Dantas relata que uma noite tomou o elevador do edifício em que mora com a família — a única de cor em todo o prédio de bairro rico — e encontrou-se com um menino amigo de seus filhos e cuja família freqüentava sua casa. Como estivesse indo para um jantar no Itamarati, trajava *black-tie*. Ao vê-lo, o menino não se conteve e gritou: "lá vai o moleção!"

Molecagem de menino? Pode ser, mas é também sinal de que sua estrutura preconceitual estava sendo formada.

Sociólogos e estudiosos do problema racial entre nós afirmam que a "democracia racial brasileira" vai ser posta a prova. Agora está nascendo uma questão racial no Brasil, porque não é mais possível conservar o problema nos seus velhos termos de condição econômica e falta de cultura da população de cor.

Os resultados parciais de uma pesquisa feita por Octayio Ianni, Fernando Henrique Cardoso e Renato Moreira — em quatro áreas do Brasil que se distinguiam pelo grau de diferenciação das atividades econômicas, coeficiente de negros na população e participação dos imigrantes no conjunto da população mostram que ... "os modelos tradicionais de acomodação entre os grupos raciais ... tendem ao rompi-

mento quando os brancos se encontram em presença de negros que tenham um *status* social e profissional superior ao deles". Uma das perguntas da *enquête* era: você aceitaria trabalhar com pessoas de cor diferente da sua? Resultado, por exemplo, no Rio Grande do Sul: *Sim*, 13,8%; *não*, 66,3%; *indiferentes*, 20,7%.

"Você aceitaria ser subordinado de uma pessoa de cor? *Sim*, 21%; *não*, 45,6%; *indiferentes*, 33,9%.

E as histórias sobre a vida e os testemunhos recolhidos dos próprios negros da classe média do Rio Grande do Sul permitem afirmar que, em geral, a *contrapartida da ascensão social dos negros é seu relativo isolamento*". E concluem que "os brancos refazem a definição de suas antigas atitudes de tolerância racial e passam a negar aos negros que conseguiram ser-lhes socialmente iguais o direito de viver em pé de igualdade com eles nos clubes, nos postos de comandos, no trabalho, na vida familiar. A ascensão social do negro, por conseguinte, longe de significar o fim do preconceito, pode indicar, na realidade, o comêço, no Brasil, de um "problema negro", nos mesmos termos em que existe, por exemplo, nos Estados Unidos".

Um fato é sintomático. Vivemos o período imperial depois da Abolição da Escravatura e o republicano até 1946, sem que nenhum legislador captasse a necessidade de proteger a população de cor do Brasil com uma lei específica. O primeiro projeto de lei nesse sentido foi apresentado pelo senador Hamilton Nogueira à Constituinte de 1946. Pretendia emendar o artigo 159 do antigo projeto de Constituição e o artigo 141 do projeto já revisto, para erigir em crime os atos decorrentes de preconceito de cor e raça. Discutido o projeto, foi rejeitado, sendo o voto vencedor o do deputado comunista e negro, Claudino José da Silva que defendeu o ponto de vista de que a Constituição já declarava a igualdade de todos os cidadãos perante a lei e determinava que ninguém podia ser perseguido por convicções religiosas nem por motivo de raça ou cor.

Mas em 1951 o senador Afonso Arinos consegue fazer aprovar seu projeto e Getúlio Vargas promulga a lei 1390: Recusar hospedar, servir, atender ou receber cliente, comprador ou aluno; obstar o acesso de alguém a qualquer cargo do funcionalismo público ou serviço de qualquer ramo das

fôrças armadas; negar emprêgo ou trabalho a alguém em autarquia, sociedade de economia mista, empresa concessionária de serviço público ou empresa privada, passou a ser considerado contravenção penal punida com pena de prisão variando entre quinze dias a um ano e multa máxima de 5.000.

Documento irrefutável da existência do preconceito de cor no Brasil, a lei Arinos não modificou substancialmente a situação. "Ao contrário", diz o professor e jornalista João Conceição, "colocou o homem de cor, que tem cultura e recursos econômicos, na dependência dos distritos policiais e das dificuldades e desconfortos do processo criminal".

"Foi uma lei que beneficiou outras minorias raciais vítimas do integralismo e do nazismo, não a nós, filhos da terra, "declara o General do Exército Demóstenes Ribeiro, "além de só amparar os casos individuais. A realidade com ou sem a lei Arinos, continua sendo medida, por exemplo, pela ínfima proporção de oficiais graduados e de cor que é de 1% para 10.000 brancos. A instrução, a educação das pessoas de cor conseguirão muito melhores resultados do que qualquer lei".

Decorridos quinze anos da promulgação da lei Arinos, apenas três processos nela fundados foram distribuídos à 19ª Vara Criminal, segundo o escrivão Borges, titular da Vara. Um desses três processos foi movido pela bailarina Geneci Fagundes contra quatro hotéis que a tinham recusado receber numa só noite, na Zona Sul, quando a artista voltava de uma *tournee* de Buenos Aires. A sentença foi absolutória, por falta de provas suficientes. Conforme informação do escrivão Borges, o depoimento de testemunhas é a única prova de que dispõe o acusante para provar a contravenção.

Na 17ª Vara foram registrados dois processos também, um dos quais — o de Djalma Ferreira Manhães — que anunciara um quarto para alugar em sua casa em que vivia família de respeito, dizia o anúncio, e pedia que não se apresentasse pessoa de cor — foi julgado procedente e o réu condenado, em 28/3/63 a quatro meses de prisão simples, multa de 8.000 cruzeiros e *sursis* por três anos. Mas a sentença foi reformada para absolvição total pelo acórdão da 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça em 3 de maio do ano passado.

Se não resolveu o problema da comunidade de cor — nem era essa a finalidade direta do legislador — embora testemunhando oficialmente a existência do preconceito racial, a lei Arinos é testemunho de um Brasil bem diferente daqueles tempos (1775) em que um índio era destituído, por decreto, “do seu posto de capitão-mor porque se mostrara de tão baixos sentimentos ao casar-se com uma negra, manchando seu sangue com essa aliança e tornando-se assim indigno de exercer o referido posto”.

* Ou daquele outro de 1745, revogado quatro anos depois, que interditava, expressamente, aos negros e mulatos trajarem-se como os brancos.

Tudo era separado em três, dizia o Padre Antônio Vieira. “Consta essa grande república de três sortes ou três cores de gente: brancos, pretos, pardos... seguindo porém todos mais a diferença das cores que a unidade da profissão, não só os não vemos reunidos em uma irmandade ou divididos em duas, mas totalmente separados em três”.

A solução apresentada pelo jesuíta para remediar a situação injusta seria condenada hoje até pela própria Igreja católica; resignar-se na esperança da vida eterna.

O grande incêndio de entusiasmo em que foram queimados em praça pública todos os documentos relativos às relações entre senhores e escravos, venda e compra nos mercados, logo a seguir à Abolição assinada pela Princesa Isabel, se foi, de um lado, um justo desafogo, por outro privou o historiador de detalhes importantes sobre essas mesmas relações raciais. Mas sobraram as leis e a narrativa dos costumes da época. De maneira alguma um negro ou negra poderia pretender ao casamento com uma pessoa de cor branca, mas todo senhor de engenho e filhos tinham o direito costumeiro de escolher sua negra na senzala. Houve até duas Cartas Régias para coibir os abusos dos senhores; foram logo abolidas, porém. Nem os escravos entre si podiam casar. Em vão batalhou o jesuíta Jorge Binci, no início do século XVIII, para conseguir esse direito para a população escravizada. A mancebia é que se tornou a regra, em favor dos proprietários, em detrimento dos escravos. A Coroa de Portugal e a Igreja protestaram, impuseram penas pecuniárias e até degredo para os que se entregassem a essa prática. Nenhum resultado. As leis que sustentavam o predomínio econômico

e social dos brancos portugueses, essas eram respeitadas: “nenhum negro, mulato ou índio pode aprender ofício de ourives e usar dele”. *

Para os mulatos, por exemplo, havia na tropa o TÊRÇO DOS HOMENS DE CÔR e para os negros forros que quisessem alistar-se, havia o REGIMENTO DOS HENRIQUES. As irmandades religiosas, também, faziam abertamente discriminação racial. Em 1771, havia uma irmandade do Rosário para brancos e outra para negros, e para os pardos, a de Guadalupe.

Já em meados do século XVIII, um advogado de cor não pudera tomar posse do cargo de procurador da Coroa, e outro, fôra dispensado, por decreto, de ler na Suplicação e ser representante legal da mesma.

E nessa época, 1872, quando se fez o primeiro censo no Brasil, havia para uma população de 9.930.478 habitantes, 4.188.733 negros e pardos. E a mulata já havia sido escolhida, também, para encarnar o conceito de sensualidade que, no seu aspecto espontâneo e também pejorativo, perdura até hoje. Uma quadrinha baiana, dizia:

*Uma mulata bonita
Não carece de rezar
Abasta o mimo que tem
Para sua alma se salvar.* *

“Que queixa pode ter no Brasil essa classe de sua população? gritava o Barão de Uruguaiana na Câmara dos Deputados, diante da pretensão do deputado mestiço, Antônio Pereira Rebouças, de que a população mulata fôsse representada no Conselho da Coroa “para que a administração suprema ficasse realmente nacionalizada”.

“Onde lhe chama sua capacidade e instrução é colocada. Não ocupa ela todos os empregos a que lhe dá direito sua capacidade e instrução?... É por que não há presentemente um indivíduo a ela pertencente, segue-se que o ministério não é nacional? É muito. Quando essa classe apresentar homens de instrução e capacidade para a direção dos negócios públicos, e que pelos seus princípios mereçam a confiança do

Monarca, estou persuadido, creio firmemente, que não serão desprezados, que não de ser chamados”.

Nem o desejo de Rebouças nem a idéia do Barão prevaleceram. Foram as idéias de superioridade da raça branca do Conde Gobineau, ministro da França no Brasil em 1870, que ditariam as regras, através de brasileiros como Oliveira Viana, para o tratamento dos negros e mulatos que viviam no Brasil e os que pretendiam entrar nêle. Embranquecer a raça brasileira, arianizá-la, era uma fatalidade que Batista Pereira repetia em 1928. A grande salvação no fim do século passado foi o imigrante europeu. Branco e louro, chegando aqui absorveria a população mulata e essa a negra e, dentro de algumas gerações, o Brasil só teria uma raça.

O casamento com branco, ou mesmo as simples relações sexuais, passou, na época, a ser o grande ideal da maioria dos brasileiros.

Para servir interesses econômicos nacionais e internacionais e também em nome da arianização da raça, a imigração começou a ser controlada. Os chineses foram sumariamente eliminados, em 1869. Em 1890, todos os indígenas da Ásia e da África só podiam entrar no nosso País com a autorização especial do Congresso Nacional.

* “Fica proibida a entrada de indivíduos humanos das raças de cor preta”, estabelecia o projeto de Cincinato Braga e Andrade Bezerra, apresentado em 1929 ao Congresso. E Carvalho Neto eufórico e pseudamente fazendo ciência sociológica predizia: “na fusão de duas raças vence a superior: o negro no Brasil desaparecerá dentro de setenta anos!”

Em 1934 a Constituição falou de quotas (2% da população total) para estrangeiros “visando a garantir a integridade étnica”.

O último decreto-lei, abertamente racista, foi promulgado em 1945: atender-se-á na admissão dos imigrantes a necessidade de preservar e desenvolver na composição étnica da população as características mais convenientes da sua ascendência européia, assim como a defesa do trabalhador nacional”. Mas como o europeu tão desejado para nos arianizar nem de longe preencheu as quotas que lhes foram oferecidas e como os arianos de Hitler haviam perdido a guerra, em 1946 só se falou “no interesse nacional”.

CITAN

Não se conhece ainda os resultados do censo de 1960 quanto à discriminação por cor. Em 1950, para uma população de 51.944.387 havia:

brancos	32.027.661
pretos	5.629.657
pardos	13.786.742
amarelos	329.082

No Norte, o Estado de maior mestiçagem era o Pará; no Nordeste, Pernambuco; Bahia, na região Leste e São Paulo, no Sul.

Hoje em dia, entre elementos mais evoluídos da raça negra, o sentimento que domina é o da negritude, ao invés do embranquecimento. O movimento que começou na África tem seus ecos aqui. É uma espécie de consciência da raça suplantando o complexo da raça. Não é orgulho da raça, é mais que isso, é sentir-se tranqüilamente, querer tranqüilamente ser negro e mulato. Não precisar mais casar-se com branco ou passar por branco para poder ter um lugar ao sol. O desejo essencial é viver e progredir sendo negro e mulato.

Marieta Campos, chefe do Setor de Organização e Métodos do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, diz que é mais ainda: é livrar-se da angústia que o preconceito racial cria nas pessoas de cor, angústia que a gente sente quando vai, por exemplo, procurar um apartamento e fica sempre esperando que o porteiro venha dizer para pegar o elevador de serviço; ou quando se faz uma barbearagem com o carro e se sabe que outro vai logo gritar: automóvel não é tanque de lavar roupa! E se você ultrapassa carro de *play-boy* já fica esperando que ele a alcance para dizer: olha! andam queimando negro por aí!

A estudante de direito Sebastiana Arruda acha que o preconceito racial entre nós é dirigido contra um negro e não contra a raça, em geral, seria merecer dos colegas no Fôro e na rua, o mesmo tratamento cordial que lhe dão na Faculdade; não ser confundida como parente do réu porque ele é preto nem ver encerrada a audiência pelo Meretíssimo senhor Juiz antes que ela tenha podido falar, como estagiária

e defensora do réu e ocupante do lugar dos advogados à mesa de julgamento: é poder entrar no elevador do edifício em que mora, entre 34 famílias brancas, sem que o vizinho não lhe mande subir pela escada ou não jogue baldes d'água no terraço quando ela ali se encontra com sua família ou amigos.

A negritude não é passividade, é meio de resistir ao preconceito. Mas mesmo assim uns ainda acreditam que êle será vencido pela evolução individual de cada pessoa de côr. Outros, mais objetivos, acham que a grande maioria das pessoas de côr no Brasil está encerrada dentro do círculo de ferro da pobreza e da ignorância e só o Govêrno, dizem, poderá rompê-lo. Se o Govêrno não aproveita o contingente de homens de côr hábeis e capacitados nas suas emprêzas estatais, como pode pretender que as emprêzas particulares o façam?

Em São Paulo, a concorrência entre profissionais brancos e prêtos, nas fábricas e nos escritórios como também nas repartições públicas é muito grande. E a segregação social é bem mais acentuada que no Rio, Bahia e outros Estados em que o elemento negro representa uma percentagem maior da população. Por isso há, atualmente, só na Capital paulista uns dez clubes só para pessoas de côr. E no Aristocrata, por exemplo, embora o nome, há um departamento que se encarrega de vigiar a sorte profissional de seus sócios. Se por acaso êle é preterido numa promoção, ou não consegue emprêgo por causa da côr, o clube providencia defesa judicial. E o orienta também, no sentido de não procurar as emprêzas privadas e sim o funcionalismo público. O Estado-Patrão, não pode se permitir a uma política racista. Segundo um dos diretores do Aristocrata, José Pelegrini, já há em São Paulo, atualmente, um "poder econômico" de pessoas de côr que, embora com condições econômicas e sociais para ingressar nos clubes de categoria das cidades do interior ou da capital, foram forçados a criar seus próprios clubes. Não que elas não possam comprar as dispendiosas ações dos clubes "grã-finos" de São Paulo. Compram-nas, na esperança de poderem dar a seus filhos uma oportunidade de freqüentar a piscina e os salões do clube, mas quando pedem a carteira de sócio, a resposta é sempre a mesma: "o senhor fará a gentileza de aguardar nosso chamado. As instalações do

clube não comportam novos freqüentadores. Em todo caso, o senhor já fêz uma boa colocação de capital, porque nossas ações se valorizam rapidamente". Assim nasceu, também, o Renascença do Rio numa noite de 1950 em que o seu futuro fundador, o advogado Oscar de Paula Assis e senhora, e o Sr. Domingos Soares foram assistir à peça Anjo Negro, no Teatro Phoenix, hoje demolido. Barrados, sem razão plausível, foram tomar um chope na antiga Brahma na Galeria Cruzeiro e depois rumaram para o Retiro da Saudade onde o Sr. Domingos Soares também não conseguiu entrar.

Como não dispunham de sede, no início da vida do Renascença, o Dr. Paula Assis pedia a amigos brancos para contratar os salões quando o clube queria dar uma festa. Do contrário, diz êle, ninguém nos alugava. E quando lançaram a primeira mulata como "miss" pelo Renascença, "vieram me procurar os que faziam propaganda do concurso Miss Brasil e pedir para que retirássemos a candidatura da nossa representante, porque as mães das misses da zona Sul estavam retirando as filhas do concurso. Não queriam que concorressem com uma mulata, sobretudo porque, no futuro, o clube poderia apresentar uma negra".

A vitória de Vera Lúcia provou que essas susceptibilidades foram vencidas, embora alguém tenha dito que comparar a beleza morena de Vera Lúcia com a branca de Ângela Vasconcelos era o "mesmo que comparar um cão com um gato". E também, afirmava-se que a Secretaria de Turismo dera ordens para não deixar eleger mais ninguém de côr. Deve ser mera coincidência mas desde então tôdas as misses Guanabaras têm sido louras.

Da política racista da maioria dos clubes de classe do Brasil não escapou nem Maria Carolina de Jesus, na época em que estava no apogeu da fama após a publicação de Quarto de Despejo. Foi convidada a se retirar do Clube Sírio Libanês de Santos. Também, conforme noticiou tôda a imprensa, não pôde permanecer no local do banquete oferecido a Anselmo Duarte quando êste voltou da Europa com a Palma de Ouro, porque pessoas presentes, indiretamente, o exigiram. O incidente se passou, também, em Santos.

No 15º Distrito Policial, foi iniciado, há meses, um processo, pela ex-atriz de cinema Teresa Santos, estrêla do

BLOQUEADO NO SAILE

imporar

filme *Orfeu da Conceição* e hoje diretora cultural da Escola de Samba de Mangueira, contra o diretor social e o gerente do Clube Federal do Leblon, sob a alegação de que fôra convidada a sair da sede por ser de côr.

O jornalista negro, José Carlos Rêgo, foi protagonista de um episódio que se passou na sede de classe — Morro da Viúva — do Clube de Regatas do Flamengo.

A sede da Praia do Flamengo é considerada popular. "Eu e minhas duas irmãs, fomos barrados pelo porteiro no Morro da Viúva. Insisti e êle acabou confessando que recebera ordens da diretoria para não deixar passar pessoas de côr. Exigi a presença do diretor. Êle veio e ao ver minha carteira de jornalista e minha disposição de fazer valer a lei Arinos, desmentiu o porteiro e nos convidou a entrar. "Os senhores vão ter a prova de que não fazemos discriminação racial. Lá dentro já estão outras pessoas de côr". De fato, havia uma família junto a uma mesa afastada com a qual conversei depois e que me disse que estava ali para provar que o clube não tinha preconceito de côr, mas que nenhum dêles podia dançar com outras pessoas nem entre êles".

Em meados de 1950, a imprensa em geral trazia a público o caso da bailarina e coreógrafa, internacionalmente conhecida, Katherine Dunham, que não foi admitida no Hotel Esplanada por ser negra.

"Estou profundamente surpreendida", disse ela. "Havia feito a reserva há cêrca de dois meses, quando ainda estava no estrangeiro, por intermédio de meus agentes. Nessa ocasião a reserva foi feita em meu nome. Êles não ignoravam que o apartamento era para mim e meu marido. É um acontecimento inédito em minha vida em tôdas as *tournées* que realizei. Não tenho queixa dos brasileiros, porém. Acredito que o hotel que me recusou constitua uma exceção. Naturalmente, senti-me ferida. Minha vida tem sido uma luta: mostrar que o preconceito racial é um absurdo".

Infelizmente a atitude tomada pela gerência do Esplanada não era uma exceção. A própria Embaixada dos Estados Unidos havia reservado aposentos no Hotel Serrador para a cientista americana e negra Irene Diggs que vinha passar uns tempos no Brasil em missão do Departamento de Estado. Ironias de preconceito porque, em geral, o receio de desgostar ou perder os hóspedes e clientes americanos

brancos é que determina essa atitude dos hotéis. Irene Diggs foi barrada e voltou para os Estados Unidos dizendo que o único país mais preconceituoso do que o seu era — no mundo — o Brasil que "dissimulava o preconceito como a brasa debaixo da cinza".

Ante o impacto causado pelo caso Irene Diggs e sob repto do jornalista Raimundo Magalhães Júnior, pela imprensa, a gerência do Hotel Serrador reservou o apartamento 712 para o diretor do Teatro Experimental do Negro, Abdias do Nascimento e senhora, passarem um fim de semana. É c próprio Abdias quem narra a situação. "Depois de instalados, descemos para almoçar no Night and Day. O Freixinhas era o gerente e assim que nos viu explicou que o restaurante se destinava, exclusivamente, aos hóspedes do hotel. Disse-lhe que éramos hóspedes. Êle não disfarçou a surpresa e mandou um garçom comunicar-se com a recepção e confirmar o que eu dizia. Foi então informado que estávamos ali exatamente para provar que o hotel não fazia preconceito de côr. Mudou, inteiramente, de atitudes e fomos servidos com uma atenção e solicitude de que poucos hóspedes gozaram naquele dia". No dia seguinte, Abdias ofereceu um coquetel nos salões do hotel aos seus amigos brancos e de côr.

Marian Anderson, Carol Brice, Joe Louis (que foi barrado em um hotel paulista e três cariocas) aumentam a lista dos casos *estrangeiros*, além de outros menos famosos. Lawrence Brailsford, economista de transportes da USAID que deixou o Brasil há poucos meses, não conseguiu ser sócio do Fluminense por ser negro, apesar de norte-americano.

Recentemente, o advogado negro paulista, Waldomiro Custódio Filho, foi a Recife e quis hospedar-se no Guararapes. Já estava preenchendo a ficha quando o gerente que escrevia numa mesa da recepção, levantou os olhos, deparou com êle e disse: "Sentimos muito, mas não temos quartos desocupados".

O advogado contestou bem alto para todos ouvirem: "Mas se o rapaz aqui me disse que tinha e me deu a ficha!"

— Êle se enganou — respondeu o gerente. E todos começaram a indicar outros hotéis da cidade. Foi quando o chofer que trouxera o advogado interveio avisando que êste seguiria no dia seguinte para Belém.

"Foi um passo mágico", conta o Dr. Custódio Filho. Mudaram completamente. Consegui um ótimo quarto e ainda não queriam cobrar-me a diária no dia seguinte".

Bem tratada sou sempre quando me apresento em um banco para me candidatar a um posto qualquer", declara a seu turno a escriturária do Sindicato dos Bancários, Jorgina A. Pereira. Recebo tôdas as informações que solicito e apresento a documentação exigida: retratos e certificado de conclusão de curso ginásial ou complementar. Fiz isso cinco vêzes e nunca fui informada, por nenhum dos bancos a que me candidatei, do dia da realização das provas. O que acontece comigo deve suceder com outras colegas de côr porque basta percorrer os bancos da cidade. Em raríssimos se encontrará uma mãe ou rapaz mulatos, mesmo claros, atendendo o público". A solução é candidatar-se aos bancos estaduais e federais, conclui Dona Jorgina que não toma o preconceito — ela diz que só pode ser por preconceito racial que não é chamada para fazer as provas — como um obstáculo desencorajante. "Ao contrário, para mim serve de estímulo para alcançar sempre uma melhor posição cultural e profissional". E acha que a contribuição de Vera Lúcia ao se deixar eleger *Miss Guanabara* foi imensa porque ela criou um novo padrão de beleza e "os rapazes passaram a ter uma atitude mais cortês com as mães de côr".

A "boa aparência" exigida em quase todos os anúncios de emprego, é a maneira mais prática para afastar as pretendentes de côr. Ou então, a seleção é feita através de cartas dirigidas às caixas postais e jornais, com a exigência de inclusão de "fotografia recente". E quando se telefona para sondar o objetivo dessas exigências, a confirmação não se faz.

No dia 26 de junho passado, a Barbosa Freitas, casa de modas, louças e cristais, anunciava emprego para vendedoras e balconistas. Ao telefone informava a encarregada da seleção quando soube de que se tratava de uma candidata de côr:

— Depende, sabe? Depende da boa aparência, isto é, das feições do rosto, dos dentes, dos cabelos bem penteados, etc...

Ou então a negativa é direta; como a que foi dada pela firma que precisava de um chefe de manutenção, à rua Franklin Roosevelt, 194, s/j 202.

— Pode ainda apresentar-se um candidato?

— Pode sim.

— Mas o engenheiro que pretende o posto é de côr. Tem algum problema?

— Tem sim. A senhora sabe, são quase tôdas firmas americanas. É uma injustiça, eu sei, mas êle não será escolhido entre outros candidatos.

Quando não é a firma empregadora que seleciona o empregado, a "depuração" é feita pelas agências de emprego. E quando uma delas envia uma pessoa de côr capacitada cumprindo sua função de intermediária no mercado de trabalho e visando ganhar a porcentagem que lhe cabe, recebe, invariavelmente, uma cartinha da firma rogando-lhe "não repetir o engano".

Jânio Quadros, quando Presidente da República, havia incumbido um de seus oficiais de gabinete a reunir material de publicidade e anúncios que infringisse a lei Arinos e enviá-lo ao Ministro da Justiça para que fôssem tomadas as medidas competentes.

Apesar da medida e da lei vigente, ainda aparecem anúncios como êsses, no *Jornal do Brasil*: Menor de 14 anos, de côr, com bons costumes e referências para limpeza e mandatos. Ouvidor nº 169, 1º andar, sala 111 (19/6/1966)".

"Precisa-se babá, preferência branca, 25/40 anos, duas crianças. Referência mínima um ano de trabalho. Favor não se apresentar sem condições. Santa Clara, 200, aptº 902 (mesma data).

Ou êsses do dia 26/27 de junho de 1966). Babá branca, criança um ano, prática de seis meses no mínimo e referências. Rua Conselheiro Lafayette, 87, 1º andar, tel. 27-2420. Copeira-arrumadeira. De preferência portuguesa com prática de passar, precisa-se para família estrangeira. Paga-se bem, rua Barata Ribeiro, 286, aptº 1001.

A escassez de profissionais devidamente qualificadas como enfermeiras modificou, inteiramente, o panorama atual em que se vê, mesmo nas clínicas particulares, servindo indistintamente adultos e crianças, mães e rapazes de côr. Há vinte anos atrás a chefe das enfermeiras da Maternidade Ar-

A
N
V
N
C
i
O
S

naldo de Moraes recusou receber Jandira de Paula Assis, hoje técnica em reabilitação motora da Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação. "Não pude seguir minha vocação e hoje trabalho sem problemas, explica, *porque estou ali para servir os que precisam de mim*".

O desvio de vocação entre as pessoas de côr é mais fundamentalmente um problema econômico. "Eu nunca quis ser advogado. Minha vocação era a medicina. Mas eu tinha de trabalhar o dia inteiro e uma das poucas carreiras que oferecia curso noturno, naquela época, era a de Direito", comenta o comissário de polícia de Campos, Dr. Edésio Batista Albino.

Na Guanabara, uns 11% apenas de alunos negros e mulatos completam o curso ginásial e 3% de jovens o curso universitário. Aliás os dados estatísticos atuais do Serviço de Estatística da Educação e Cultura, não discriminam mais população estudantil pela raça ou côr e nem nas faculdades ou estabelecimentos secundários incluem nas fichas de inscrição êsse item. São os próprios estudantes de côr dos cursos superiores, individualizados em grupos de três ou cinco, no máximo, em turmas de duzentos a trezentos alunos que dão a percentagem média.

A população universitária do Brasil é constituída, atualmente, de apenas 142.386 estudantes e a secundária de 1.061.899 alunos.

Mas, às vezes, mesmo tendo recursos econômicos se pode seguir a carreira escolhida, afirma Dona Juraci Caetano da Silva, Instrumentadora do Hospital dos Marítimos que queria ser médica também, e fez uns testes vocacionais no ISOP para confirmação de sua escolha. Atônita, ouviu da técnica que a chamou à rua da Candelária, 6, para lhe dar o resultado científico dos teste: mas você não vê que é negra, minha filha, para quê estudar medicina!

"Quem quer estudar, estuda", diria o advogado Gilberto Fernandes. "Éramos quatro irmãos em casa e só eu quis estudar. Na tipografia em que eu trabalhava os três companheiros negros me diziam que eu queria "passar por branco" com aquela mania de estudar. Quem me incentivava era o único companheiro branco que trabalhava conosco.

Mas nem toda mulata ou negra, mesmo querendo, consegue ser aeromoça, por exemplo. "Falta de habilitação, talvez,

diz o Comandante Dagoberto Rios, presidente do Sindicato dos Aeronautas, que em vinte anos de vôo pela Panair só conheceu duas aeromoças mulatas, quatro ou cinco comandantes mulatos escuros e alguns rádio-operadores. "Pode ser, também, que a pessoa encarregada da seleção do pessoal tenha problemas com a raça negra, mas é simples problema pessoal. Acontece que a condição *sine qua non* para que uma môça receba treinamento adequado, pela firma empregadora, para exercer a função de aeromoça é *boa aparência*. *E boa aparência é um dos nomes camuflados do preconceito racial* conforme pesquisa realizada no Rio de Janeiro pela Seção de Colocação de Trabalho do Ministério do Trabalho em 1959. Com efeito, candidata de côr mesmo com habilitação para o comércio, escritórios, cinemas, consultórios, portarias, bares, hospitais, firmas estrangeiras e outros estabelecimentos, não conseguem trabalho.

Na dificuldade de colocação dos desempregados, conclui a pesquisa, "o preconceito de côr se encontra em primeiro lugar, em segundo vem a idade e, por fim, a nacionalidade".

Na carreira militar o homem de côr não tem problemas para sentar praça: em nenhuma das três armas, mas dificilmente chega ao oficialato superior. Na ativa existem, atualmente, apenas dois generais negros do Exército. O General João Batista de Matos, um deles, quando diretor do Serviço Militar, em 1963, afirmava que "em 1918 o quadro de oficiais, por força das lutas internas e externas ocorridas no Império e na República, compreendia oficiais, em sua maioria oriundos da tropa, aos quais era facultado cursar as escolas militares já como oficiais. O regime de exames parcelados, de concurso diretamente para o primeiro ano da Escola Militar, a existência de curso anexo à própria escola, em muito facilitavam o ingresso dos menos afortunados, como eu, ao oficialato do Exército e é entre os menos afortunados, que se situam 99% da população de côr. A fase contemporânea, demarca, com o advento das Escolas Preparatórias e de Colégios Militares, como únicas fontes de matrícula na Academia Militar, passou a exigir do candidato condição econômica de nível mais alto e assim reduziu de muito as possibilidades dos pertencentes à raça, cujos componentes pretos e pardos, em número muito reduzido, incluem-se na classe média".

Na Marinha, até 1958, segundo o contra-almirante médico, Waldir da Silva Ramos, as portas da Escola Naval estavam praticamente cerradas para os jovens de cor. Não que se impedisse diretamente um negro ou mulato de inscrever-se, mas os que vencendo seu problema individual se candidatavam eram, sem apelação, eliminados no exame médico. Os médicos é que faziam o racismo. Depois de 1960 a situação melhorou um pouco, devido talvez, pensa o contra-almirante, a uma "revolução do pensamento humano". "Começa-se a compreender que a inteligência de um homem não se relaciona com a cor da pele e hoje já se vê, entre os aspirantes, alguns rapazes *com traços da raça negra*". Quando espontaneamente pediu sua transferência para a reserva, em 1961 depois de 23 anos de serviço ativo, diz o contra-almirante Silva Ramos que havia apenas três médicos de cor na Marinha, êle inclusive.

ARTUR RAMOS já afirmara, pública e incisivamente: "Quanto à discriminação racial no Corpo Diplomático, Escolas Naval, Militar e da Aeronáutica, trata-se de fato tão absurdo que poucos podem acreditar existir no Brasil. Mas existe".

Segundo o diplomata da ala jovem do Itamarati, secretário Orlando Carbonar, no entanto, existem muitos diplomatas mulatos atualmente na casa colonial da rua Larga. Alguns deles muito brilhantes cujo nome não cabe citar para não incidir no racismo ao contrário, não inverter os termos do problema. "Com a criação do Curso Rio Branco, em 1946, exigindo que o candidato se submetesse a exames de nível cultural somente e não mais exames de títulos — que poderiam perpetuar os nomes das grandes famílias brancas na carreira diplomática — houve uma verdadeira democratização na carreira, segundo o secretário Carbonar. O exame médico a que são submetidos os candidatos, também, não é mais uma das possibilidades de eliminação dos candidatos de cor, conforme se afirma, porquanto é uma decisão de que cabe recurso, mandado de segurança". E cita seu próprio caso pessoal de laudo reprobatório em virtude de uma deficiência de acuidade visual. "Achando o critério rigoroso e infundado, vali-me da medida de segurança e há seis anos desempenho minhas funções aqui na Casa". "Infelizmente", a falta de oportunidades, culturais, econômicas e sociais de que sofre

a raça negra, conclui o secretário Carbonar, é a responsável pelas reprovações daqueles que porventura se apresentaram".

Uma terceira opinião sobre o assunto foi dada em 1951, pelo embaixador Lafayette de Carvalho e Silva em entrevista ao jornal *Última Hora* no dia 13 de setembro. Tratava-se do caso de dois candidatos cuja pretensão de se apresentarem aos exames vestibulares havia sido cortada, segundo os candidatos, pelo Ministério das Relações Exteriores. "Jamais teríamos agido desta maneira. Teria sido uma monstruosidade da nossa parte. Limitei-me na minha resposta como na minha conversa com o primeiro candidato a esclarecer que, apesar de não existir qualquer idéia de preconceito de cor ou raça no Brasil, desde a sua existência, havia entretanto, e muito acintosamente, em quase todos os países do mundo. Justamente onde êle mais tarde deveria ir representar o Brasil. Procurei sempre fazê-los compreender que mesmo não havendo nada que os impedisse de pertencer à Casa de Rio Branco, por outro lado estaria além de nossa possibilidade, fazer com que alguém, Governo ou sociedade, lá fora, aceitasse nossa maneira de pensar. O homem de cor, na maioria das outras nações, é sempre pôsto de lado, caso pretenda sair do seu meio ou ambiente que lhe seja peculiar. Ponderei-lhe, outrossim, que êle receberia convites para as festas oficiais, se recebesse, no dia imediato à sua realização e, para as particulares, nunca". Quem contesta é o nosso único embaixador negro, que o Brasil teve em toda sua história diplomática, Raimundo Souza Dantas, chefe de nossa missão diplomática em Gana no período presidencial de Jânio Quadros. "Depois que deixei a missão diplomática e voltei em 1964 para o Brasil é que vivo completamente isolado. Fui obrigado a criar novas condições de vida e, então, não pude deixar de levar em consideração o fato de ter mostrado uma outra face do Brasil, no exterior, sendo negro como sou. E acredito que haja, por parte de certa camada de brasileiros, um ressentimento, uma sensação de mal-estar, decorrente dessa nova imagem que apresentei do nosso país".

Entre essas duas afirmações opostas há os que dizem que o Itamarati não é mais aquela cidadela invulnerável e que o "surto de democratização" iniciado por Jânio Quadros lançou sementes, pois há atualmente muitos mulatos no corpo diplomático. É verdade, explicam, que são mulatos que se

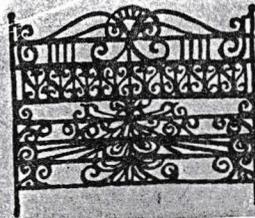
dizem brancos e como tais são considerados. Se não há negros, afirmam, é porque não se apresentou nenhum candidato capaz de vencer os exames rigorosos para ingressar no Rio Branco. E outros mais objetivos ainda garantem que as pessoas de cor não procuram ingressar no Itamarati porque as vantagens oferecidas para um terceiro ou segundo secretário são bem inferiores às que a indústria e o comércio oferecem. E, por fim, um outro grupo sustenta que a orientação predominante é, ainda, aquela exposta pelo embaixador Lafayette Silva e que só são aprovadas pessoas de cor quando é impossível reprová-las. Mas que a presença, no Brasil, e em quase todos os países do mundo, dos diplomatas africanos, acabará abrindo maiores oportunidades de ingresso na carreira, pois, pelo menos, na África, nós poderíamos ser representados por negros sem que eles corressem o risco de isolamento aludido pelo embaixador Castro e Silva.

No mundo da imaginação e do talento, o preconceito racial tem menos vitalidade. Para compensar a rigidez de conceitos do mundo das armas e da diplomacia há, felizmente, o sucesso do embaixador esportivo, capitão da bola e rei PELÉ — um pouco abalado ultimamente, mas sempre REI como disse o Eusébio de Portugal — de um Aleijadinho e Heitor dos Prazeres, de um Machado de Assis, de Elizete Cardoso, Wilson Simonal e Grande Otelo, de uma Chica da Silva e Gigi da Mangueira, e de uma cantora como Maria Aparecida que se exhibe na Ópera de Paris. Os empresários e organizações que oferecem as oportunidades de projeção não podem desprezar a enorme contribuição que a raça negra dá à música popular, à literatura e às artes plásticas brasileiras. A cor, nesse mundo, não significa um *handicap* em termos de concorrência, salvo quando se trata de arte cênica, como teatro e dança. Nesse particular, o Municipal é considerado a Marinha da Arte. Alguns cantores de cor integram o coro do Teatro, umas quantas meninas com traços da raça negra, o quadro das alunas do curso de dança — que é atualmente gratuito — e no corpo de baile há uns cinco elementos “mulatos claros”. Mercedes Batista, bailarina clássica, negra, diretora de um conjunto folclórico que esteve recentemente na França com ajuda de custo dada pelo Itamarati — o que surpreendeu a todos os componentes do grupo — fez cinco concursos para poder ingressar no corpo de baile.

Os quatro primeiros, ela conta, foram anulados pelas razões mais diversas e inesperadas. Eu era a única concorrente negra e fui, também, a única a não ser informada da data da realização do quinto concurso, nem mesmo pelas minhas colegas. Descobrimo, por acaso — não houve publicidade alguma — já no vestiário que minhas colegas se apresentariam, em seguida, ao exame, reclamei junto à diretoria e fui, então, informada de que faria meu exame com a turma de rapazes, dias depois. Fiz e passei. Mas em dezoito anos de casa, de corpo de baile — e agora professora do curso de bailado — só uma vez um coreógrafo — estrangeiro, aliás — me deu a oportunidade de um solo, mesmo quando eram montados tantos bailados brasileiros em que minha pele escura não seria notada pelo público”.

Léa Garcia (a Serafina do *Orfeu do Carnaval* e a Mira do *Orfeu da Conceição*) diz que nem sucesso artístico elimina o preconceito. “A gente passa a ser um bicho raro, uma figura pitoresca no ambiente. Todos querem tirar fotografia com a gente para ser, também, notícia de jornal. Pouquíssimas pessoas porém convidam para ir à casa delas num plano de amizade pura e simplesmente. Meu filho mais velho foi barrado, no princípio do ano, no Fluminense Futebol Clube e um outro foi humilhado pelo porteiro do edifício em frente ao nosso. E declara: “Casei-me (pela segunda vez), com um homem branco e foi um grave erro para nós dois porque é muito difícil vencer só com o amor a pressão social do preconceito”.

Numa pesquisa realizada para *Realidade*, entre pessoas de cor de nível cultural e econômico superiores, o casamento com branco é encarado com “receio de que não dê certo” porque “pessoa de cor sofre muito na maioria dos casos”. Com mais facilidade acham que um homem de cor encontra uma companheira branca porque, como homem, ele pode oferecer uma situação social que, quase sempre, é muito melhor do que a da mulher com quem se casa. A mulher de cor instruída e com independência econômica mais dificilmente pode escolher um consorte branco e nem, tampouco, encontra facilmente um companheiro de sua cor e de seu mesmo nível. Na esfera do proletariado e da pequena burguesia o problema não tem tanta importância embora exista e seja o pre-



LIVRO DE CABECEIRA

DA MULHER

ANO I VOLUME 5

- 1967 -

MARY MCCARTHY POR ELA MESMA ■ AS DUAS FACES D
TRAVESTI/MÁRCIA LÔBO ■ GRANDE ARTE E GRANDE PÚBL
CO/PAULO FRANCIS ■ GRAUBEN/MARIA IGNEZ CORREA D
COSTA ■ O VERÃO DE RAQUEL (CONTO)/CHARLES JACKSON
MODA: A OBSESSÃO DOS JOELHOS/MÁRCIA VASCONCELO
■ DE QUE CÔR É O RACISMO NO BRASIL/NICE RISSONE
O GAROTINHO VAI CRESCER (CONTO)/DINO BUZZATI ■ A MÃ
QUE ME ALIMENTOU (CONTO)/ISAAC ROSENFELD ■ COMO
ONDE MARCHA A CAMDE/STELLA M. SENRA POLANAH ■ UN
BRASILEIRA NA SELVA/ELIZABETH AGUINAGA ■ O SEGRÊD
DA BELEZA É A ETERNA VIGILÂNCIA/BEATRIZ HORTA ■ CA
LOS HEITOR CONY (REPORTAGEM)/CHRISTINA AUTRAN ■

EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

